



Análise Social, 249, LVIII (4.º), 2023, 688-702

A invenção do GIS e a maturidade das ciências sociais em Portugal. Assinalando os 60 anos do GIS-ICS, este texto revisita aspetos de uma história institucional relevante para a compreensão da construção da modernidade das ciências sociais em Portugal. Com base na apreciação das contribuições analíticas de Adérito Sedas Nunes – o principal obreiro da criação do GIS –, explica-se como se processou a transição do corporativismo à sociologia, utilizando esse trajeto como prova do progressivo amadurecimento de uma visão sobre os bloqueios de desenvolvimento da sociedade portuguesa e sobre as formas de os superar. Os 60 anos do GIS-ICS representam, por isso, um oportuno pretexto para situar historicamente o lugar de destaque que lhe é devido, e consensualmente reconhecido, como instituição de referência das ciências sociais em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Sedas Nunes; corporativismo; sociologia; história das ciências sociais; Gabinete de Investigações Sociais.

The invention of GIS and the maturity of the social sciences in Portugal. This text, marking the 60th anniversary of GIS-ICS, revisits certain facets of an institutional history bearing upon the emergence of modernity in Portuguese social sciences. Focusing on the analytical contributions of Adérito Sedas Nunes – the main protagonist behind GIS' foundation – the article elaborates on the transition from corporatism to sociology, a path that reflects the gradual maturation of a certain approach to the obstacles that hindered the development of Portuguese society and the ways to overcome them. The 60th anniversary of GIS-ICS constitute, therefore, a fitting occasion to recognize its historical importance and its consensual status as an institution of reference in Portuguese social sciences.

KEYWORDS: Sedas Nunes; corporatism; sociology; history of social sciences; Gabinete de Investigações Sociais.

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023249.03>

JOSÉ LUÍS CARDOSO

A invenção do GIS e a maturidade das ciências sociais em Portugal

INTRODUÇÃO

Este texto resulta de uma conferência realizada em dezembro de 2022, por ocasião da celebração dos 60 anos do Gabinete de Investigações Sociais (GIS), que, a partir de 1982, adotou a designação de Instituto de Ciências Sociais (ICS), integrado na Universidade de Lisboa.¹ A esse aniversário junta-se agora também o marco dos 60 anos da revista *Análise Social*, fundada em 1963, que constitui a face visível das atividades de investigação do GIS. É importante recordar esse momento fundador, e das circunstâncias que o explicam, para que se possam melhor compreender os itinerários desenhados pelo GIS-ICS no território aberto das ciências sociais. E para tal é indispensável e incontornável recordar o papel essencial que desempenhou o principal obreiro e mentor desta instituição, Adérito Sedas Nunes.

Discutirei, por isso, a invenção do GIS e da *Análise Social*, socorrendo-me em grande parte da memória que dela deixou Sedas Nunes, procurando reconstruir a sua viagem intelectual a partir da inicial aceitação e posterior exorcismo do ideário corporativo. Trata-se, afinal, de uma tentativa de estabelecer a genealogia de um percurso entre o corporativismo e a sociologia (tomando a obra de Sedas Nunes como eixo de análise), fazendo desse percurso uma trajetória explicativa da construção da modernidade e da maturidade das ciências sociais em Portugal.

Entre o primeiro texto que Sedas Nunes publica, com 24 anos, na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, dedicado ao tema da “crise social e reforma

1 Agradeço a José Manuel Sobral, organizador da celebração dos 60 anos do GIS (dezembro de 2022), o convite para proferir esta conferência, bem como os comentários e as sugestões de clarificação de algumas passagens deste texto.

da empresa” (Nunes, 1952), e *As Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais* (Nunes, 1972), transcorrem 20 anos. É durante esse período que desperta, amadurece e se estabiliza o discurso moderno da sociologia em Portugal e, por extensão, porventura abusiva, das ciências sociais entendidas como universo cognitivo comum que abrange o estudo (em perspectiva pluridisciplinar) dos atores, das instituições e das dinâmicas sociais. As *Questões Preliminares* e o texto companheiro *Sobre o Problema do Conhecimento*, publicado na mesma altura (Nunes, 1973), adquiriram uma relevância inesperada na gestação de uma abordagem cientificamente fundamentada sobre os problemas sociais que exigiam solução política, contribuindo para o aprofundamento da militância cívica de intelectuais e de estudantes universitários que nesses textos encontravam pretexto de reflexão sobre o tempo que intensamente viviam.² Esse foi um ponto de chegada cujas origens importa compreender.

NO PRINCÍPIO ERA O CORPORATIVISMO

Qualquer incursão pelo pensamento social e político de Adérito Sedas Nunes obriga a ter presente o modo como foi iniludivelmente marcado pelos anos em que de perto conviveu com as instituições e com as ideias do sistema corporativo. A questão não é de abordagem fácil, pelo estigma político que tal associação poderá suscitar se não for devidamente enquadrada nas perspetivas histórica e sociológica. Dificuldade de abordagem acrescida pela prevalência de uma tradição historiográfica, no debate sobre a origem da modernidade do discurso sociológico em Portugal, que revela alguma resistência em aceitar que tal possa ter ocorrido num quadro institucional cuja moldura era fornecida pela doutrina do corporativismo.³ Sem negar a existência de aflorações analíticas inovadoras anteriores a 1974, essa visão destaca a importância de um novo contexto político para a sedimentação de projetos de ensino e de investigação que anteriormente não tinham condições para se afirmar.

O assunto tem sido objeto de revisão, parecendo ganhar gradual e crescente consenso a ideia de um processo evolutivo em diversas fases, iniciado com as influências da sociologia positivista de Auguste Comte e do catolicismo

2 Não é este o lugar, nem o momento, para recordações de caráter pessoal. Mas não posso deixar de referir que foi no ano de 1973, quando entrei como aluno da licenciatura em economia do Instituto Superior de Economia (atual ISEG), que pude ler e avidamente estudar os 2 pequenos livros de Sedas Nunes que eram leitura obrigatória da disciplina de Introdução às Ciências Sociais, da responsabilidade de uma equipa docente constituída por jovens investigadores do GIS. O ano letivo de 1973/1974 viria a ser fértil em acontecimentos que confirmaram a inevitabilidade de mudança numa sociedade bloqueada, cuja compreensão aqueles textos facilitavam.

3 Sobre esta visão cf. sobretudo Almeida (1991), Fernandes (1996) e Pinto (2004).

social de Frédéric Le Play nos finais do século XIX, que enquadra e explica os antecedentes da sociologia moderna em Portugal.⁴ Qualquer que seja a perspectiva de análise, relativamente às capacidades heurísticas de ciências sociais formadas em contexto corporativo, não restam dúvidas sobre a presença de uma matriz de pensamento social católico nas reflexões que deram origem a estudos inovadores sobre problemas sociais prementes. A doutrina social da Igreja funcionava como garantia de legitimidade política que autorizava a expressão de vozes descontentes com a natureza autoritária do regime.⁵ O próprio Adérito Sedas Nunes o explicou, em texto de reflexão autobiográfica que assinala o tempo de criação do GIS e da *Análise Social* (Nunes, 1988).

Importa ter em atenção que a genealogia deste processo de emergência do moderno discurso das ciências sociais em Portugal não tem uma linhagem direta exclusiva, unilateral. Claro que nos interessa aqui reter a experiência do GIS-ICS, cuja origem remonta ao Gabinete de Estudos Corporativos (GEC), estabelecido em Lisboa em 1949 (com vínculo formal à Mocidade Portuguesa, mas que na prática funcionou como instituição independente). Com efeito, foram várias as instituições criadas no período do Estado Novo (posteriores ao GEC) que marcaram e balizaram a produção de conhecimento na fronteira entre o corporativismo e a área dos “estudos sociais” (eufemismo autorizado da expressão “sociologia”). De forma telegráfica, fixemos o inventário de tais instituições:

- Centro de Estudos Sociais e Corporativos, criado em 1959 no âmbito do Ministério das Corporações e Previdência Social, que viria a publicar a revista *Estudos Sociais e Corporativos* (a partir de 1962), do qual Sedas Nunes foi diretor entre janeiro de 1957 e março de 1959.
- Instituto de Estudos Sociais, fundado em 1960 também na dependência do Ministério das Corporações e Previdência Social (que em 1972 daria origem ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE), no qual Sedas Nunes foi professor permanente, desde 1962.
- Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar e Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, estabelecido em 1954, que daria origem ao Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina – ISCSPU em 1962, sob tutela dos Ministérios do Ultramar e da Educação (no qual a figura inspiradora mais relevante foi Adriano Moreira).

4 Cf. sobretudo Cruz (1983), Garcia et al. (2014), Silva (2015), Machado (2020) e Freire (2021).

5 O tema foi bem analisado por Ferreira (2006). Cf. também Ágoas (2013) e Cardoso (2013).

- Escola Superior de Organização Científica do Trabalho e das Relações Humanas na Empresa, associada ao Instituto Superior de Línguas e Administração – ISLA, fundada no início da década de 1960 e que foi precursora no desenvolvimento de estudos aplicados de sociologia e da psicologia industrial.
- Instituto de Estudos Superiores, mais tarde designado como Instituto Superior Económico e Social de Évora, que arrancou no início da década de 1960, sob inspiração e influência de organizações católicas jesuítas e da Fundação Eugénio de Almeida, e que para alguns autores está na origem da primeira licenciatura em sociologia em Portugal, neste caso através de uma instituição privada (Silva e Costa, 2013).

Apesar de não constituírem experiências institucionais autónomas, merecem ainda ser destacadas as componentes sociológicas presentes em atividades de ensino e investigação no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (criado em 1943 por Orlando Ribeiro) e a lecionação de cadeiras de sociologia no Instituto Superior de Agronomia (graças à iniciativa de Eugénio Castro Caldas, que também impulsionou os primeiros estudos no âmbito da sociologia rural), no Instituto Superior Técnico e na Academia de Marinha (com o envolvimento direto ou indireto de Adérito Sedas Nunes).

Serve este brevíssimo roteiro para ilustrar como foram múltiplas e diversificadas as frentes de desenvolvimento académico de iniciativas de ensino e de pesquisa reveladoras da presença da sociologia como disciplina de inquérito científico sobre a organização económica e social durante o período do Estado Novo. O caso do GEC-GIS não foi, por isso, fenómeno isolado, não obstante o reconhecimento de ter sido a sua invenção que marcou de forma decisiva a construção da maturidade das ciências sociais em Portugal.

EM BUSCA DE UM CORPO TEÓRICO CONSISTENTE

Do que atrás fica dito pode concluir-se que vale a pena olhar para a evolução de uma geração de jovens economistas e cientistas sociais que transitou do GEC para o GIS, trazendo consigo na bagagem o valor acrescentado de trabalhos inovadores de reflexão sobre a economia e sobre a sociedade portuguesa.

O GEC foi uma invenção do Estado Novo, criado em 1949 por iniciativa política de José Pires Cardoso, no mesmo ano em que, sob o impulso de António Manuel Pinto Barbosa, o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras – ISCEF (atual ISEG) conhecia uma importante reforma de modernização da sua estrutura curricular.

Pires Cardoso era um professor de direito corporativo do ISCEF, com fortes ligações de apoio ao regime, que acreditava ser possível salvar o corporativismo da inoperância em que tinha caído. Emprestava a caução política indispensável para que um grupo notável de jovens professores e investigadores com ligações à escola da Rua do Quelhas publicassem na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos (RGEC)*, que arrancou no início de 1950, reflexões inovadoras sobre os problemas mais relevantes da realidade económica e social portuguesa. Entre esses colaboradores contam-se os nomes de Francisco Pereira de Moura, Valentim Xavier Pintado, Raul da Silva Pereira, José António Tavares e João Moura, aos quais mais tarde se agregariam Adérito Sedas Nunes, Mário Pinto, Mário Murteira, Alfredo de Sousa e, *last but not least*, Manuela Silva, que iniciou a sua colaboração regular na *RGEC* em 1955.

A ideologia corporativa, enquanto corpo doutrinal de legitimação do regime político e económico do Estado Novo, não era fielmente comungada pela quase generalidade dos autores acima referidos. Alguns procuravam o *aggiornamento* do discurso corporativo através de incursões nos domínios do serviço social e da sociologia do trabalho e da empresa. Outros mantinham um posicionamento moderadamente crítico na tentativa de reabilitarem os propósitos de promoção de justiça social, de melhoria da organização do trabalho e das relações sociais na empresa, de aproximação a modelos europeus marcados pelo crescimento do *welfare state*. Se algo poderia servir como alimento espiritual comum era a ligação ao pensamento social da Igreja e a militância em organizações universitárias católicas.⁶

Assim se conclui que a criação do GEC, com as respetivas revista e biblioteca, acabou por originar um interessante paradoxo: a sua inserção numa instituição obsoleta e retrógrada do Estado Novo, com um enquadramento ideológico ultrapassado (a Mocidade Portuguesa), não lhe retirou capacidade de visão, nem impediu a formação do espírito inovador que viria a ser consagrado nas instituições que em 1962 lhe sucederam: o GIS e a revista *Análise Social*. A faceta modernizadora de algumas instituições criadas no Estado Novo, e bem aceites pelo regime político autoritário de Salazar, é matéria historiográfica controversa nem sempre fácil de demonstrar. Porém, os artigos publicados na *RGEC* fazem prova inequívoca da emergência de um pensamento crítico e inovador face à tradição corporativista; e o espólio (documental e bibliográfico) que nos foi legado pelo GEC serve de comprovação material da realidade inofismável que é a génese de uma instituição pioneira na construção da maturidade das ciências sociais em Portugal.

6 Sobre este assunto, ilustrado através de uma análise dos artigos que Manuela Silva publicou na *RGEC*, sobre política salarial e distribuição de rendimentos, cf. Cardoso (2022).

É neste contexto que deve ser entendida a relevância do discurso produzido pelos autores que se debruçaram, em particular, sobre o modo de organização da empresa capitalista, entre os quais merece destaque o estudo pioneiro que João Moura dedicou ao tema da desproletarização (Moura, 1950). As suas reflexões são claramente balizadas pela doutrina social católica, cuja matriz radica nas encíclicas *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891) e *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931), partindo da premissa de que toda a atividade profissional visa simultaneamente um fim material e um fim espiritual. Em seu entender, seria fundamental criar incentivos para o desenvolvimento da máxima atividade possível pelos trabalhadores, permitindo a manifestação da sua personalidade no plano individual e coletivo e combatendo um certo complexo de inferioridade criado pela estrutura da empresa capitalista. Valorizar e dignificar a participação dos trabalhadores na vida da empresa parece ser o mote central das suas reflexões.

O debate iniciado com o texto de João Moura vai ser prosseguido num conjunto importante de artigos assinados por Adérito Sedas Nunes. No primeiro texto que dedica à problemática da organização do trabalho e da empresa (Nunes, 1952), começa por se referir com algum desencanto à situação contemporânea, definindo-a como era de “deceção, perplexidade e medo”. Constata o clima de hostilidade em relação ao sistema capitalista e, parafraseando João Moura, considera que a única solução consiste em atalhar o mal pela raiz, ou seja, desproletarizar. Do seu ponto de vista, a empresa capitalista constituía expressão institucional e jurídica desse fenómeno em que um grupo social perde o acesso à propriedade dos meios de produção, contribuindo para uma dissociação e uma divergência crescente entre os fatores de produção.

A principal conclusão que lhe interessa retirar é a de que o mercado de trabalho oferece um panorama de tensão e de conflitualidade determinado pela lógica própria dos interesses organizados (mas separados) do trabalho e do capital. Daqui decorre também a constatação dos “complexos” que afligem o proletariado moderno, designadamente no que se refere às limitações da dignidade, da liberdade e da independência e ao cenário de injustiça e de exclusão assim criado.

O grande desafio em aberto, o principal problema em discussão, era o de saber como conciliar as reflexões sobre a estrutura da empresa e sua reforma com os princípios doutrinários do corporativismo em matéria de organização económica e social. Reencontramos tal matéria em novo texto de Sedas Nunes (1955), no quadro de uma análise mais ampla sobre a realização do ideal corporativo e as práticas de serviço social.

Na intenção inicial dos ideólogos do regime figurava, naturalmente, a ideia de criação de novos organismos, de âmbito profissional, que possibilitassem a cooperação e a entreeajuda entre patrões e assalariados. Para Sedas Nunes, não

bastaria acreditar e apelar à realização de um ideal nobre de solidariedade interclassista. Apoiando-se em sólidas leituras sociológicas relativas a dinâmicas de grupos, conflitos sociais e organização do trabalho (sobretudo através das obras de George Friedman e Georges Gurvitch), considera essencial uma mudança da situação objetiva (“totalidade dinâmica”) que assiste à realização efetiva do ideal corporativo, ou seja, pondera como inevitável uma alteração dos organismos para tal concebidos pelo Estado Novo. Ora, em seu entender, tais organismos teriam de ser as empresas, e não as ineficazes e inviáveis corporações.

Colocar a empresa no centro de atenção, atribuir-lhe essa missão de realização efetiva do projeto corporativo, exigia a concretização de um conjunto de ações que Sedas Nunes propõe, fortemente inspirado pelas doutrinas do “serviço social” e das “relações humanas” e que se pode resumir na seguinte proposta:

Estabelecer um espírito de entendimento e de coesão no interior da empresa, criando uma atmosfera de consideração recíproca entre os membros do pessoal pertencentes a classes diversas da sociedade, eliminando tudo o que pode gerar oposições, garantindo as condições ideais de trabalho e segurança, preocupando-se com o bem-estar geral, tendo o cuidado de assegurar aos trabalhadores todos os benefícios que lhes podem oferecer os serviços oficiais e as instituições sociais de qualquer espécie, o serviço social de empresa torna-se um elemento orgânico indispensável à indústria. [Nunes, 1955, p. 274]

Perante o quadro aqui traçado, não restam dúvidas de que Sedas Nunes acreditou no corporativismo como doutrina reabilitadora das relações entre grupos sociais. Serviu-se de Durkheim para explicar os mecanismos da solidariedade orgânica, que fazia equivaler ao ideal corporativo da harmonia social. O seu desencanto gradual e lento foi fruto de uma visão sempre crítica, alimentada pela leitura de obras de referência da sociologia do trabalho, da empresa e dos grupos sociais, designadamente dos textos de Gurvitch, e pelas abordagens da ação coletiva com vista a um fim comum.

A sua renúncia do corporativismo não foi episódio dramático ou de uma rutura violenta, porque foi sabendo criar progressivo distanciamento, sem nunca deixar de apresentar soluções práticas decorrentes da sua reflexão teórica (Nunes, 1954; 1956).

UM NOVO QUADRO INSTITUCIONAL EM FORMAÇÃO

Ao afastar-se serenamente do corporativismo, mergulhando nos domínios científicos (e menos doutrinários) da sociologia do trabalho, da empresa e dos grupos sociais, Sedas Nunes tornou claro que o suporte institucional para a

continuidade deste tipo de reflexões poderia continuar a ser um Gabinete, mas não poderia ter como título a referência a “Estudos Corporativos”, mas sim a “Investigações Sociais”. Morria o GEC, nascia o GIS, continuando Pires Cardoso como diretor, que acedeu levar por diante esta mudança de que Sedas Nunes foi o principal obreiro.

Percebemos bem esse seu papel através do testemunho memorialístico que publicou no n.º 100 da *Análise Social*, em 1988. Nesse célebre número, escreve Sedas Nunes em parágrafo final:

Todos – isto é: a geração, que prosseguiu o seu caminho e agora envelhece, a revista, que continuou na sua via própria, e o Instituto, que ainda não alcançou a maturidade –, todos agora atingem um mundo de novos reptos e de novas necessárias respostas. Um mundo que o n.º 1 da *Análise Social* não previu. [Nunes, 1988, p. 55]

Referia-se Sedas Nunes a si próprio e à geração fundadora do 1.º GIS e da *Análise Social*, ou seja, continuando a citar:

A uma geração de crentes católicos, mas não de crentes hirtos e fanáticos que se sentissem compelidos pela sua fé e pelos seus ideais a renunciar aos agradáveis bens deste mundo. Em geral, eram homens e mulheres que se instalaram bem na vida e começaram desde cedo a ganhar bem. Mas eram homens e mulheres portadores, como se dizia no seu tempo de estudantes, da mística de servir bem o seu país. [Nunes, 1988, p. 55]

Esta geração vivia com intensidade a reforma e atualização da mensagem e das novas práticas de apostolado da Igreja Católica, fiéis ao espírito do Concílio Vaticano II (1961) e da encíclica *Pacem in Terris* (abril de 1963) de João XXIII. O seu envolvimento individual e coletivo em ações de proselitismo e de militância cultural, católica e progressista, repercutia-se em publicações destinadas a um público mais amplo, de que são exemplo os primeiros anos da revista *O Tempo e o Modo* (fundada em 1963) e as publicações da Editora Moraes, iniciadas em 1958 sob a liderança intelectual de António Alçada Baptista e de João Bénard da Costa.

Por outras palavras, ainda de Sedas Nunes, era uma geração com um forte *interesse* pelos problemas sociais e do desenvolvimento e com o apurado *gosto* de conhecer e de dar a conhecer as realidades sociais. Uma geração de pessoas que souberam e sabem desenvolver:

[...] investigações que testemunham e decorrem de um gosto de conhecer e dar a conhecer melhor a sociedade a que todos pertencemos; mas também testemunham e decorrem de um interesse vívido por fundamentais problemas sociais, económicos, políticos e culturais

que se levantam, ou se podem levantar, em cada uma dessas múltiplas áreas sociais. [Nunes, 1988, pp. 21-22]

Num impedimento de leitura ditado pela modéstia, Sedas Nunes reconhece no testemunho de 1988 que “o Instituto ainda não tinha atingido a maturidade”. Para um observador objetivo e perspicaz já seriam então evidentes os sinais de uma anunciada maturidade que agora podemos demonstrar e corroborar.

A tarimba proporcionada por um longo trajeto ainda iniciado no princípio da década de 1950 no GEC, a experiência adquirida e acumulada de investigação e direção de pesquisa, o modo como soubera tornear ou iludir os obstáculos políticos e institucionais à construção lenta mas segura do espaço de afirmação e de intervenção das ciências sociais em geral, e em particular da sociologia como sua mais estimada disciplina, pareciam constituir razões de sobra para se acreditar que a maturidade estava ao alcance da vista. A estabilidade institucional proporcionada pelo enquadramento da Universidade de Lisboa (em 1982, com a designação de ICS) constituía caução segura de um projeto académico e intelectual que decididamente, em 1988, já atingira a fase adulta. Mas compreende-se a tímida precaução com que Sedas Nunes decretava o adiamento de uma maturidade anunciada.

Sedas Nunes também não resiste à declaração cautelosa e humilde assente na suposição de que o n.º 1 da *Análise Social* não fora capaz de prever o novo mundo que 25 anos mais tarde se erguia diante dos investigadores em ciências sociais agrupados no ICS e que davam continuidade ao que Sedas Nunes gostava de classificar como o 1.º GIS – a geração fundadora de 1962-1963, aglutinada sob a proteção política de José Pires Cardoso, que descendia do GEC e da Juventude Universitária Católica – e o 2.º GIS, consolidado no período 1966-1969 e que agregava investigadores em tempo inteiro, alguns como “Bolsseiros de Sociologia” da Fundação Calouste Gulbenkian, outros contratados em regime de destacamento pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial, pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra e pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

Lida de forma literal, a afirmação (de que a *Análise Social* não fora capaz de prever um novo mundo) não pode certamente ser refutada. Antes de tudo porque, em rigor, o n.º 1 da *Análise Social* não tinha por objetivo prever como seriam o país e o mundo 25 anos depois. Mas se a afirmação for lida na perspectiva sugestiva e simbólica que Adérito Sedas Nunes lhe confere, ficamos então legitimados a dizer que os primeiros números da *Análise Social*, e muito especialmente os textos assinados por Sedas Nunes, tiveram o imenso mérito de contribuir para uma reflexão aprofundada sobre a realidade social portuguesa,

sobre os obstáculos à sua mudança e modernização, sobre as vias abertas para o seu desenvolvimento e progresso. A missão desses textos não era a de prever o futuro. Mas proporcionaram um roteiro seguro para uma identificação mais clara de problemas que urgia resolver, para uma compreensão mais ampla da sociedade portuguesa e da sua dinâmica de evolução. Foram sinais de uma inequívoca maturidade, demonstração plena da relevância das reflexões que o próprio Sedas Nunes produziu em textos que hoje constituem património histórico das ciências sociais em Portugal.

A revista afirmou o seu lugar ímpar na produção científica em ciências sociais dedicando espaço privilegiado de divulgação de trabalho científico nas áreas da economia e da sociologia do desenvolvimento, do trabalho, do emprego, do desemprego e da produtividade, da repartição do rendimento e das políticas salariais, da habitação, das cidades e das políticas urbanas, da demografia, da família e das políticas familiares, da previdência, da segurança social e das políticas sociais, da industrialização e da organização social da empresa, da emigração, da educação, da universidade, das políticas educativas e da investigação científica e tecnológica. Foram ainda especialmente marcantes as reflexões teóricas sobre problemas ontológicos e metodológicos das ciências sociais e os estudos de âmbito interdisciplinar sobre as estruturas sociais, económicas e políticas da sociedade portuguesa no início da segunda metade do século xx.

A propósito desta identificação de áreas disciplinares, importa referir que, antes de 1974, não se pode dizer que a história ocupasse lugar de eleição na estrutura de funcionamento do GIS ou nas prioridades de publicação da *Análise Social*. Nem era de esperar que de outro modo fosse. O propósito editorial definido no arranque da revista era muito claro ao estabelecer a sua autoclasificação como revista de estudos sociais, destinada a promover a investigação no campo social. O índice dos trabalhos publicados na *Análise Social* entre janeiro de 1963 e dezembro de 1974 dá conta de um total de 265 artigos e notas de investigação, dos quais apenas 13 (ou seja, cerca de 5%) surgem classificados como “Estudos históricos”, dentro de uma categoria genérica de estudos sobre a “Estrutura e evolução da sociedade portuguesa”⁷.

Por este elenco de categorias se conclui que a *Análise Social* construiu a sua reputação como revista académica interessada em promover um debate fundamentado nos planos teórico e empírico sobre um vasto campo de pesquisa servido por diversas disciplinas das ciências sociais, com destaque para os estudos de âmbito económico e sociológico. Por esta razão, a *Análise Social* tornou-se numa plataforma de conhecimento e de intervenção, atraindo a atenção de

7 Sobre o conteúdo temático da *Análise Social* entre 1963 e 1974, cf. Cardoso (2020).

um leque diversificado de leitores que ultrapassava o número limitado dos que então cultivavam o campo das ciências sociais em Portugal. Durante esta fase inicial, as tiragens da *Análise Social* variavam entre 2000 e 3000 exemplares, o que demonstra a existência de um enorme potencial de apoio à reflexão fundamentada levada a cabo pelos investigadores do GIS, sob a liderança de Adérito Sedas Nunes.

Um dos seus textos mais marcantes é o famoso “Portugal, sociedade dualista em evolução”, integrado no número especial 7-8 de 1964 da *Análise Social* (reproduzido in Nunes, 1968, pp. 195-256), integralmente dedicado aos “aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal”, e considerado pelo próprio autor como a sua “primeira grande aventura sociológica” (Nunes, 1988, p. 28).

Fiel a um certo tipo de conceção estruturalista, com inspiração na escola da CEPAL (Comissão das Nações Unidas para a América Latina), sobre as características dos processos de desenvolvimento económico e social, Sedas Nunes utiliza uma série de indicadores numéricos e de quadros estatísticos sobre níveis de rendimento e níveis de vida para concluir sobre a existência de fortes assimetrias e dualidade no processo de desenvolvimento em Portugal. Que dualidade era essa?

De um lado, um país rural marcado por uma agricultura estagnante e bloqueada, abrangendo uma área social muito vasta em que prevaleciam os ritmos rotineiros de atividades económicas tradicionais. De outro lado, um país em movimento de progresso sob a liderança de sectores industriais em expansão, todavia restrito a zonas limitadas do tecido social mais recetivo e atraído pelas vantagens dos padrões de consumo e dos níveis de rendimento de uma economia moderna. Modernidade *versus* tradição, progresso *versus* atraso: tal a essência de uma dualidade que não é meramente geográfica ou territorial, mas que reveste natureza social, revelando desigualdades e assimetrias profundas e latentes nas condições de vida da população portuguesa.

É neste contexto explicativo que Sedas Nunes enquadra a compreensão do fenómeno da emigração (a busca de melhores condições fora de um país que as não pode oferecer); e é ainda neste quadro de análise que demonstra o papel central da educação e do acesso ao ensino como forma de fuga ao modelo tradicional da organização económica e social.

Este tipo de abordagem seria depois prolongado noutros textos em que revela “os lamentáveis indicadores que nos caracterizam” (Nunes, 1968, p. 260) no que se refere a níveis de vida em domínios como os da alimentação, da saúde e da habitação, especialmente alarmantes quando comparados com os valores registados noutros países europeus. E é também nesses textos que aponta alguns caminhos de transformação e de modernização da sociedade

portuguesa mediante “a substituição de estruturas económicas, sociais e institucionais, que bloqueiam ou distorcem o processo de desenvolvimento, por outras que o fomentem ou orientem no sentido do progresso” (Nunes, 1968, p. 270).

Muita razão assistia a Sedas Nunes quando se preocupava em compreender os fatores estruturais que explicavam Portugal enquanto sociedade dualista em evolução. E razão tinha ele, e o grupo fundador do GIS, em eleger a política social e os seus instrumentos como extensão natural do diagnóstico empreendido pelos cientistas sociais que não podem dispensar a função primordial de aconselhamento independente de políticas públicas.

Recorde-se, finalmente, que é nesses textos de meados da década de 1960 que Sedas Nunes argumenta que o motor essencial do desenvolvimento consiste nas “vontades e projetos, que se propagam numa sociedade, de ter acesso a um futuro diferente e de o forjar” (Nunes, 1968, p. 261). Uma forma discreta, mas inequívoca, de apontar um caminho, um propósito, uma missão, uma “mística”, aos investigadores que sob a sua liderança trabalhavam no GIS.

A propósito desta vocação militante, Renato Lessa explorou de forma notável o dilema de quem, sendo “intérprete de Portugal”, se torna também “intérprete de si”, ou seja, concretiza também um sonho pessoal, o gosto, a vontade, o interesse de conhecimento das realidades sociais e da dinâmica da sociedade portuguesa, de contribuir para a mudança através do estudo das condições estruturais do desenvolvimento económico e social português (Lessa, 2017).

NOTA FINAL

Mantendo-se fiel ao lema ditado pelo seu fundador (“Os estudos empreendidos no Gabinete são trabalhos individuais, sobre temas livremente escolhidos pelos autores, dentro de campos muito amplos indicados ou aprovados pela Direção”, *Análise Social*, n.º 1), o ICS tem sabido reinventar e enquadrar as suas atribuições e ambições à luz de compromissos impostos pelo cumprimento de contratos-programa (com a Universidade de Lisboa, com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com instituições públicas e privadas, com a União Europeia). Ou seja, tem sabido respeitar obrigações assumidas como resultado do seu estatuto de escola da Universidade de Lisboa e de laboratório associado da FCT, sem nunca quebrar o princípio sagrado da autonomia e da liberdade dos seus investigadores. Um princípio que é uma das marcas fundadoras do GIS e também um dos mais importantes sinais da sua maturidade institucional.

A manutenção e consolidação das bases em que assentam as estruturas de investigação do GIS-ICS tem sido um desígnio ciclicamente renovado, fruto de uma reflexão ponderada sobre o sentido apropriado das mudanças que foi

sendo desafiado a fazer. A riqueza histórica do seu legado oferece múltiplos ensinamentos sobre o modo como deverá continuar a pensar e a inventar o seu trajeto futuro, sem nunca deixar de atender aos fatores externos que condicionam ou determinam o funcionamento das suas rotinas. O GIS-ICS e a *Análise Social* celebram os seus 60 anos com a serenidade e a sabedoria próprias de quem atinge idade madura, projetando um futuro sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁGOAS, F. (2013), “Narrativas em perspectiva sobre a história da sociologia em Portugal”. *Análise Social*, 206, pp. 221-256.
- ALMEIDA, J. F. de (1991), “Ciências sociais”. In J. M. Gago (org.), *Ciência em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 73-81.
- CARDOSO, J. L. (2013), “O Gabinete de Estudos Corporativos (1949-1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais”. *Análise Social*, 206, pp. 193-219.
- CARDOSO, J. L. (2020), “*Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da U. Lisboa, (1963-1974)”. In S. C. Matos, *Dicionário de Historiadores Portugueses: Da Academia Real das Ciências ao fim do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (2022), “Economia, política social e desenvolvimento nos primeiros escritos de Manuela Silva (1957-1961)”. In C. F. Rodrigues, J. M. Z. Mendes e M. B. Alves (orgs.), *O Legado de Manuela Silva: Um Desafio para o Futuro*. Coimbra: Almedina, pp. 237-255.
- CRUZ, M. B. (1983), “Para a história da sociologia académica em Portugal”. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. LVIII, pp. 173-219.
- FERNANDES, A. T. (1996), “O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 9-41.
- FERREIRA, N. E. (2006), *A Sociologia em Portugal: Da Igreja à Universidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FREIRE, J. (ed.) (2021), *Contributo sobre os Antecedentes da Sociologia em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GARCIA, J. L. et al. (2014), “Portuguese sociology. A non-cesurial perspective”. In S. Koniordos, e A. Kyrtis (eds.), *The Routledge Handbook of European Sociology*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 357-375.
- LESSA, R. (2017), “Sedas Nunes, intérprete de Portugal, intérprete de si”. *Análise Social*, 222, pp. 141-160.
- MACHADO, F. L. (2020), *Sociologia em Portugal: Da Pré-História à Institucionalização Avançada*. Porto: Afrontamento.
- MOURA, J. (1950), “A desproletarização e a empresa”. *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 3, pp. 50-57.
- NUNES, A. S. (1952), “A crise social e a reforma da empresa”. *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 9, pp. 10-11.
- NUNES, A. S. (1954), *Situação e Problemas do Corporativismo*. Lisboa: Gabinete de Estudos Corporativos.
- NUNES, A. S. (1955), “A organização corporativa e o serviço social”. *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 22, 23-24.

- NUNES, A. S. (1956), “O problema da colaboração na empresa”. *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 26, pp. 190-203.
- NUNES, A. S. (1968), *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento. Estudos e Ensaios*. Lisboa: Moraes Editores.
- NUNES, A. S. (1972), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- NUNES, A. S. (1973), *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais. Materiais de uma Experiência Pedagógica*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- NUNES, A. S. (1988), “Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”. *Análise Social*, xxiv (1), 100, pp. 11-55.
- PINTO, J. M. (2004), “Formação, tendências recentes e alternativas de desenvolvimento da sociologia em Portugal”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- SILVA, A., COSTA, R. (2013), “Évora 1964: contributos para a história da institucionalização da sociologia em Portugal”. *População e Sociedade (CEPESE)*, 21, pp. 185-195.
- SILVA, F. C. da (2015), *Sociology in Portugal: A Short History*. Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Recebido a 13-06-2023. Aceite para publicação a 21-08-2023.

CARDOSO, J. L. (2023), “A invenção do GIS e a maturidade das ciências Sociais em Portugal”. *Análise Social*, 249, LVIII (4.º), pp. 686-702.

José Luís Cardoso » jcardoso@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-8432-1052>.
